



Assembleia Municipal de Odivelas

ATA Nº 25/2012

**ATA DA 20ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 2012
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODIVELAS**

Aos vinte e sete dias do mês de Dezembro, do ano dois mil e doze, pelas dezassete horas e vinte minutos reuniu a **Assembleia Municipal de Odivelas**, em **20ª Sessão Extraordinária**, no **Salão Nobre dos Paços do Concelho**, sito na Quinta da Memória, Rua Guilherme Gomes Fernandes, em Odivelas sob a Presidência de Sergio Paiva e António José Real da Fonseca e José Carlos Pires, como 1º e 2º Secretários, respetivamente, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

I – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

II - PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

PONTO 1 - PROPOSTA DE PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS JUNTAS DE FREGUESIA-----

PONTO 2 – PROPOSTA DE ACORDO DE PAGAMENTOS À SIMTEJO – SANEAMENTO INTEGRADO DOS MUNICÍPIOS DO TEJO E DO TRANCÃO, S.A. -----

PONTO 3 – PROPOSTA DE DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO PARA DOMÍNIO PRIVADO MUNICIPAL DE UMA PARCELA DE TERRENO COM A ÁREA DE 1875,00M2, NO ÂMBITO DO ALVARÁ DE LICENÇA DE LOTEAMENTO Nº 02/DPU/2005-----

III – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

Nos termos legais aplicáveis, realizaram-se as seguintes substituições: -----

Na bancada do **PSD**, o membro da Assembleia Municipal **Maria João Nascimento**, pelo Membro **Paula Paçó** -----



Assembleia Municipal de Odivelas

Na bancada do **PSD**, o membro da Assembleia Municipal **Gabriel Dias**, pelo Membro **Aftab Tayob**-----

Na bancada do **PS**, o Presidente de Junta de Freguesia de Olival Basto, **Joaquim Farinha**, pelo seu substituto legal, **Carlos Fortes Ribeiro**.-----

Na bancada do **PS**, o Presidente de Junta de Freguesia de Famões, **António Rodrigues**, pela sua substituta legal, **Sofia Mateus**.-----

Na bancada do **PS**, o membro da Assembleia Municipal, **Edgar Valles**, pelo Membro **Alcina Trindade**.----

Na bancada da **CDU**, o membro da Assembleia Municipal, **Joaquim Campos**, pelo Membro **Fernando Amaral**-----

Na bancada da **CDU**, o membro da Assembleia Municipal, **Raquel Rodrigues**, pelo Membro **José Rodrigues**-----

Na bancada da **CDU**, o membro da Assembleia Municipal, **Fátima Amaral**, pelo Membro **João Lourenço**-----

Distribuída a folha de presenças aos Membros da Assembleia Municipal, verificou-se a presença de **34** Membros da Assembleia Municipal, tendo-se registado as ausências dos membros *Cristina Azedo e João Figueiredo*, ambos pela bancada da CDU, *Mariana Cascais*; pela bancada do CDS/PP; *Duarte Barracas*, pela bancada do MPT; *Afonso Simão e Tânia Beleza*, ambos pela bancada do PS.-----

A Câmara Municipal fez-se representar na Assembleia Municipal, nos termos legalmente aplicáveis, tendo estado presente o Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, Mário Máximo e os Senhores Vereadores, Rui Francisco, Carlos Bodião, Hugo Martins, pelas bancadas da CDU, PSD e PS respetivamente.-----

O Senhor Presidente da Assembleia propôs que se desse início ao **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**, tendo usado da palavra os seguintes Membros da Assembleia Municipal:-----



Assembleia Municipal de Odivelas

João Lourenço, pela bancada da **CDU**, proferiu uma declaração política que seguidamente se transcreve: -----

"Estamos quase a chegar natal de 2012, isto é a concluir o ano. Foi um ano horrível para os trabalhadores, para os reformados e pensionistas, para os jovens e desempregados. Tudo o que foi de mais negativo na sociedade portuguesa tivemos pela mão do governo PSD/CDS. Pioraram as condições de trabalho para os trabalhadores, em consequência do novo código de trabalho, redução do subsídio desemprego, e do tempo de duração do mesmo, das indemnizações em caso de despedimentos, passando dos 20 para os 12 dias, por cada ano de trabalho, redução na aplicação dos subsídios de inserção.-----

Em contrapartida as reduções acima assinaladas aumentaram as condições de precariedade, o número galopante de desempregados, falências e encerramentos de empresas. Aumentaram as famílias sem quaisquer fontes de rendimento bem como as situações fome, cuja a solução não será seguramente a abertura de cantinas sociais, numa política de assistencialismo, de todo reprovável.-----

Os dramas vividos já generalizadamente pelos portugueses não poderão manter-se com as políticas cegas e aberrantes, implementadas pelo governo de Passos Coelho, Vítor Gaspar e Paulo Portas, numa palavra pelo PSD e CDS, e pela TROIKA. A economia a definhar, a recessão aumentar, a dívida cada vez maior, o desemprego que não pode parar em consequência das desastrosas políticas impostas pelo governo, pelo grande capital e comandadas pela Alemanha, de Merkel, do FMI, do BCE e da União Europeia, a nada conduziram pelo contrário há sinais de agravamento que foram evidenciados pelos números INE, e do Banco de Portugal.-----

Se 2012 foi assim, como será ano 2013?. O Primeiro Ministro como se nada tivesse a ver com esta catástrofe social que persiste prosseguir, brindou-nos com a sua quimérica mensagem de natal de 2012. Não há palavras para classificar o absurdo de tal discurso, ou invés da patética representação do que tem sido a realidade do que tem sido este governo. O ano de 2013 com o orçamento de Estado aprovado pela maioria PSD/CDS, há de ser ainda mais horrível do que ano que agora finda. Um orçamento que o Presidente da República não deveria promulgar, e devia remetê-lo ao Tribunal Constitucional. Não haverá outro horizonte possível, caso contrário virão mais sacrifícios, e o agravamento de todos os indicadores e as condições atrás referidas. É o regime democrático tal como foi institucionalizado com o 25 de abril de 1974, e consagrado na constituição da república, está a ser colocado em causa pelo atual governo.-----

O Presidente da República que nos seus atos de posse jurou defender a constituição e fazê-la cumprir, não poderá ser um mero espetador num fétido pântano em que se encontra a política e governação do PSD e CDS. Este orçamento de Estado para 2013 terá mais desemprego, mais miséria, mais empobrecimento do país e do Estado. Com as privatizações que se anunciam totalmente ruins para a economia e para a dignidade e soberania nacionais.-----



Assembleia Municipal de Odivelas

A CDU e o PCP, prevendo como o sempre têm feito, chamaram atenção para o desastre que foi a entrada para a CEE, e mais recentemente em 2002, a zona euro. É sabido que nossas, pescas, agricultura foram destruídas com ruínosa integração na europa, que levar-nos-ia ao desastre como efetivamente aconteceu. As análises ponderadas do PCP, vieram confirmar que estamos à beira do precipício, perigosamente agora pela política do Passos Coelho e de Paulo Portas. Se não for interrompido este ciclo em 2013, os portugueses não poderão suportar mais agravamentos das suas condições de vida. Os trabalhadores portugueses exigiram um novo governo e políticas que se afastem quanto mais cedo melhor da situação atual. É a dignidade de todo um povo que a todo o momento está a ser espoliado de tudo quanto poderia contribuir para a criação de emprego e riqueza para combater o desemprego, e a miséria que se abate transversalmente sobre as famílias, os jovens que terão que emigrar, as empresas que terão que fechar, a própria sobrevivência de Portugal como país independente e como nação estão em causa.-----

Terá que ser o povo português a ter a ultima palavra. Temos um TROIKA interna que nos conduziu a esta situação. Cinicamente a nossa comunicação social e outros comentadores chamam-lhe os partidos do poder, e a todo momento opinam que não haverá alternativa senão forem as forjadas alianças destes partidos (PSD e CDS/PP), não podem fugir do que a TROIKA, a internacional exigem em cada visita que nos fazem periodicamente, e resultado está à vista. -----

O PCP e a CDU, têm uma política alternativa. Rejeitar o pacto de agressão e promover plano de desenvolvimento económico e a industrialização do país que aumente a produção internacional, que crie postos de trabalho e riqueza, valorizar os salários, as pensões e as reformas, libertar o país do domínio do grande capital e das grandes potencias europeias, e renegociar a dívida. Parar as privatizações e retomar o controlo do Estado nos setores, e empresas estratégicas colocando-os como instrumento e motor de desenvolvimento do país. Defender os serviços públicos, considerando-os não como uma despesa mas como um direito de quem produz a riqueza, e contribuiu verdadeiramente para o progresso do país. Defender a democracia, a constituição da república, projetar os valores de abril no futuro Portugal. A luta dos trabalhadores contribuirá de forma decisiva para derrotar esta política para construir uma alternativa, um governo patriótico e de esquerda, que leve à prática uma política ao serviço dos trabalhadores, do povo e do país." -----

Presidente de Junta de Junta de Freguesia da Ramada, **Francisco Bartolomeu**, pela bancada da **CDU**, proferiu uma declaração política que seguidamente se transcreve:-----

"Gostaria de por seu intermedio, pedir esclarecimento à Câmara, em que ponto é que está a responsabilidade da Obriverca, relativamente à escola Eça Queiroz. É porque não foi preciso que nos



Assembleia Municipal de Odivelas

chegasse uma listagem dos vícios de construção e das avarias que a escola representa. As visitas regulares que fazemos, são suficientes para verificar isso. O que é facto, é que é urgente uma intervenção, há questões de manutenção na escola Eça de Queiroz, que carecem de uma atuação urgente, algumas põem em causa ou podem pôr em causa a integridade física dos alunos, refiro-me por exemplo a portas com as dobradiças partidas, quando a ultima se partir aquela porta vai cair em cima de quem estiver a passar. Porque os batentes estão mal colocados. Não sala ensino especial treme-se de frio porque não há climatização. Há de todo uma serie de afinações que são necessárias fazer.-----

Como nós desconhecemos em que ponto é que está a questão da Obriverca, quem é que responde ali, nós sabemos em que condições são que aquela escola foi construída. Precisava de um esclarecimento do executivo sobre esta matéria, a câmara tem conhecimento disto.-----

Existem coisas que é preciso fazer, os alunos que se deslocam em cadeira de rodas vêm pela porta de cima, qualquer dia há um acidente, perde-se o controlo da cadeira rodas, porque os elevadores não funcionam. É obrigação da junta saber o que se passa e obviamente atuar, se o problema é uma campainha, nós não queremos é que depois a Obriverca se desresponsabilize do resto, como há uma relação institucional entre a câmara e um privado, nós não vamos de livre arbitrio fazer o que é necessário. -----

Mesmo perante a forte contestação com expressão ao nível nacional, o governo CDS/PP e o PSD, insistem lançar com uma medida que sucede a uma proposta do parlamento, rejeitada nas ruas e nos órgãos autárquicos, e que simultaneamente está a criar dificuldades e as fragiliza. A luta das populações e dos seus autarcas têm feito com que o calendário para a extinção das freguesias, não decorra como o governo pretendia, enfraquecendo ainda mais a sua posição. -----

Não obstante, numa atitude de arrogância e autoritária, o governo e os partidos que o apoiam, aprovaram a lei que estabelece os critérios para a extinção das freguesias, lei nº 22/2012, de 30 maio, que aprova o regime da reorganização administrativa territorial autárquica. Esta lei pretende única e exclusivamente extinguir freguesias e não promover reorganização administrativa territorial, nem o conteúdo da lei vai ao encontro dos princípios enunciados. Uma reorganização passaria pela concretização da regionalização como determina a constituição da república portuguesa, assente num processo de descentralização, à promoção pelo desenvolvimento económico e autonomia. Liquidar mais de mil freguesias representa o desmantelamento do poder local democrático. -----

A CDU entende que deve ser reconhecido, desenvolvido e valorizado o enorme contributo dos órgãos de freguesia e dos seus eleitos para a melhoria das condições de vida das populações, na resolução dos seus problemas e na prestação de serviços públicos de qualidade. -----

Não há nenhuma vantagem para o país e para as populações na redução do número de freguesias e de eleitos locais. Os reais objetivos do governo são: liquidar a capacidade reivindicativa da população, aprofundar assimetrias, maior abandono das populações, acentuada desertificação da população do



Assembleia Municipal de Odivelas

interior e atacar o emprego publico. Ainda para mais, para este governo a democracia é só quando as opiniões são de acordo com a sua, caso contrário é como se não existissem. Não estar de acordo com a lei, e recusar o papel das freguesias, é como se as assembleias municipais não tivessem tomado posição. A CDU defende o aprofundamento da autonomia do poder local democrático, a sua proximidade às populações e o reforço da sua capacidade de intervenção e dos meios respetivos que permitam corresponder às expetativas das populações, e melhorar a sua qualidade de vida, para o que a realidade prova, são os escassos 0,09% do orçamento de Estado.” -----

José Falcão, pela bancada do **BE**, proferiu uma declaração política que seguidamente se transcreve:-----

“Venho informar no dia 22 de novembro, houve uma reunião ao abrigo do direito de oposição, entre o BE e a CMO, e foi entregue uma listagem de todos os requerimentos que apresentámos desde 2005 até altura, e em que situação em que se encontrava. Acredito que em tantos anos e tantos requerimentos, que possa haver erros, já passou um mês e ainda nem sequer foi dito se aquilo estava bem ou mal, se havia alguma coisa que o BE tivesse escrito, tivesse incorreta. -----

Gostávamos de saber isso, se vão responder ou não, e sobretudo se pretendem responder a este requerimento que acabei de entregar agora, que é a propósito da situação dos juristas desta câmara: quantos são, onde estão e o ganham, e o que gasta a câmara com eles durante um ano. Até porque nem sequer os próprios responsáveis da câmara não sabem se são 41,49. Por isso apresentamos um requerimento em que pede exatamente que explique esta situação e responda às nossas perguntas.”-----

Após este período, o **Senhor Presidente da Assembleia** deu início à discussão dos Pontos integrados na **Ordem do Dia**. -----

PONTO 1 - PROPOSTA DE PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS JUNTAS DE FREGUESIA-----

Presente para deliberação, a Proposta de Protocolo de Delegação de Competências nas Juntas de Freguesia, de acordo com a Proposta nº 13/PRES/2012, de 2012.12.14, remetida pela Senhora Presidente a esta Assembleia Municipal, aprovada na 24ª reunião ordinária de 2012, da câmara municipal de Odivelas, de 19.12.2012, que se encontra arquivada na pasta da presente reunião, pelo que se dá



Assembleia Municipal de Odivelas

como reproduzida.-----

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Sr Vice Presidente da Câmara para apresentação do referido Ponto.-----

No âmbito da discussão do ponto, usaram da palavra os seguintes membros da Assembleia Municipal:-----

Sofia Mateus, substituto legal do Presidente de Junta de Freguesia de Famões, pela bancada do **PS**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve: -----

"Falar nesta Assembleia sobre o Protocolo de Delegação de Competências nas Juntas de Freguesia é falar num instrumento de gestão que em boa hora a Câmara Municipal de Odivelas adotou aquando da criação do Município e que, no decorrer dos seus 14 anos de existência, muito tem contribuído para a defesa e reforço da autonomia local, num verdadeiro exercício de democracia e de descentralização de poder. -----

Como instrumento de gestão que é, o Protocolo de Delegação de Competências nas Juntas de Freguesia nunca poderia ser um documento estático, e por isso tem sofrido alterações ao longo da sua vigência, umas ditadas pela necessidade lógica de um aperfeiçoamento continuado e outras adaptadas à capacidade financeira da Câmara Municipal, de acordo com a realidade orçamental de cada ano.-----

Mas apesar de o Orçamento Municipal para 2013 ser o terceiro mais baixo de sempre na história do Concelho de Odivelas, e inferior ao do ano passado, é com muita satisfação que a Bancada do Partido Socialista constata que as verbas afetas a este Protocolo não sofrem qualquer redução relativamente a 2012, cifrando-se em 4.475.374,99 euros o montante global a transferir para as sete Freguesias do Município, no âmbito das competências que lhes são delegadas.-----

Num quadro em que o Poder Central insiste em cortar nas transferências para as Autarquias, com reflexos drásticos nos respectivos orçamentos, a manutenção dos valores de 2012 no PDCJF para 2013 demonstra bem o reconhecimento que a gestão socialista da Câmara Municipal de Odivelas continua a dar ao importante papel desempenhado pelas Juntas de Freguesia, a todos os níveis, desde a área social à gestão dos espaços e equipamentos públicos.-----

É um reconhecimento do qual a Bancada do Partido Socialista nesta Assembleia também partilha, destacando o trabalho insubstituível que as Juntas de Freguesia realizam no dia-a-dia junto das suas populações, detetando os problemas e solucionando-os em tempo útil, num exercício de pura democracia que só a relação de proximidade permite.-----

Infelizmente, e em nome de poupanças que ainda estão por comprovar, a actual maioria que suporta o Governo não reconheceu este inigualável papel das Juntas de Freguesia quando votou favoravelmente



Assembleia Municipal de Odivelas

uma Lei da Reorganização Administrativa, iníqua e inimiga do poder local, que coloca em causa a proximidade, a eficiência e a descentralização, e na qual, obviamente, não nos revemos.-----

Saudamos, isso sim, o facto de Odivelas continuar a integrar a vanguarda dos Municípios em que os PDCJF são mais abrangentes, além de ser o Concelho em que, relativamente à receita municipal executada, a percentagem transferida para as Juntas de Freguesia é das mais elevadas, dignificando assim o desempenho destes insubstituíveis órgãos do poder local.-----

É certo que, na perspetiva das Juntas de Freguesia do Concelho de Odivelas, o presente Protocolo de Delegação de Competências não responderá a todas as expectativas dos seus responsáveis, nomeadamente no que ao envelope financeiro diz respeito.-----

Mas temos que ter bem presente a actual situação de constrangimento orçamental, fruto do corte brutal nas transferências e da diminuição da receita corrente, com consequentes implicações negativas na capacidade de investimento por parte da Câmara Municipal de Odivelas. É com base no exposto que aplaudimos o Protocolo de Delegação de Competências nas Juntas de Freguesia do Município de Odivelas para 2013, na certeza de que continuará a ser, como tem sido nos 14 anos mais recentes, um importante instrumento de gestão com grande impacto junto da população do nosso Concelho, consolidando uma forte aposta na descentralização.-----

Estamos certos de que o esforço financeiro despendido pelo Município com este protocolo irá refletir-se positivamente na qualidade e na eficácia do trabalho delegado nas Juntas de Freguesia, o que, por sua vez, se traduzirá na prestação de melhores serviços à população de todo o Concelho.-----

Por fim, agora na qualidade de vogal de Junta, e reforçando um pouco o que foi dito atrás, não escondo que as necessidades que bem conheço no terreno, gostaria que o Protocolo contemplasse mais verbas para a minha Freguesia, tal como todos os outros Colegas Presidentes também desejariam como é normal de quem exerce estes cargos e quer o melhor para a população que serve. Aliás, nas recentes reuniões com a Sra Câmara Municipal e os Srs. Vereadores e técnicos que nelas participaram, todos tivemos ocasião de salientar essa nossa pretensão.-----

Mesmo assim, e para terminar, entendo que face às atuais capacidades municipais, conforme o panorama apresentado nas reuniões referidas, seria de todo irresponsável da nossa parte não aceitarmos como válidas as razões que nos foram expostas, tendo também em conta que, apesar de ver as suas receitas diminuídas, a Câmara Municipal de Odivelas mantém no PDCJF para 2013 — e bem — os valores de 2012.”-----

*Presidente de Junta de Junta de Freguesia de Caneças, **Armindo Fernandes**, pela bancada da CDU, proferiu uma intervenção que será convertida em declaração de voto.-----*



Assembleia Municipal de Odivelas

Miguel Cabrita, pela bancada do **PS**, proferiu uma intervenção que será convertida em declaração de voto.-----

Luis Salmonete, pela bancada do **PSD**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve: -----

"A posição da CDU e dos senhores presidentes de Junta da CDU, manifestada agora pelo senhor presidente Armindo Fernandes é obviamente uma posição política e que revela uma análise contraditória porque se, reconhecem que é um bom protocolo. Porque é que se abstêm? -----

Tenho de contestar a afirmação constante de que o protocolo que vinha de Loures era um bom protocolo. Para quem? Para as juntas de freguesias certamente porque para a câmara não seria assim tão bom, basta verificar o que disse a Inspeção Geral de Finanças numa auditoria que fez à câmara no período de 1 de janeiro de 2003 a 30 de setembro de 2006. – "Relativamente às Juntas de Freguesia do concelho, que beneficiaram de transferências no valor de 23 milhões de euros, não existe fundamentação adequada das verbas atribuídas". -----

Na perspetiva das juntas de freguesia o protocolo era certamente bom porque recebiam muito dinheiro, mas a verdade é que essas verbas eram atribuídas sem qualquer critério mas isso era manifestamente ilegal e foi referido pela IGF. -----

Neste momento temos uma opinião que é manifestada por esta entidade, a IGF, que considera que há matérias que não são delegáveis. -----

E é aqui que reside a nossa preocupação pois não estamos dispostos a ser responsabilizados por eventuais decisões que se tomem nesta assembleia e que sejam contrárias à lei. Já basta muitas vezes podermos tomar decisões cuja validade desconhecemos e que aprovamos unicamente porque vêm da câmara e também porque não temos meios para saber da sua eventual legalidade. -----

No que diz respeito à alusão que fez ao senhor vereador Bodião tenho de dizer que após a inspeção que foi feita e que determinou que teria de haver critérios para a atribuição das verbas do protocolo às juntas de freguesia o vereador foi dos primeiros responsáveis, para não dizer o primeiro, que criou critérios para atribuição das verbas na área da sua responsabilidade, ou seja, as zonas verdes." -----

Miguel Xara Brasil, pela bancada do **CDS/PP**, proferiu uma intervenção que será convertida em declaração de voto.-----

Presidente de Junta de Junta de Freguesia de Caneças, **Armindo Fernandes**, pela bancada da **CDU**.-----

Susana Guerreiro, pela bancada do **PS**,-----

Presidente de Junta de Junta de Freguesia da Ramada, **Francisco Bartolomeu**, pela bancada da **CDU**, proferiu uma intervenção que será convertida em declaração de voto.-----

Eduarda Barros, pela bancada do **PS**-----



Assembleia Municipal de Odivelas

O Senhor Presidente da Assembleia, colocou o documento à votação tendo sido **Aprovado por Maioria**, com os votos a favor das bancadas do PS, PSD e Independente, com 4 votos contra da bancada da CDU e com as abstenções das bancadas do BE, CDS/PP e dos Presidente de Junta da Freguesia de Caneças e Ramada.

Pelo Membro da Assembleia Municipal, Armindo Fernandes e Francisco Bartolomeu, Miguel Xara Brasil e Miguel Cabrita, em nome pessoal, pelas bancadas do CDS/PP e PS, respetivamente foram apresentadas declarações de voto que seguidamente se transcrevem:

Armindo Fernandes

"Trata-se de um documento acordado entre a CM e as Freguesias, teve a sua primeira experiência, ainda em Loures, sendo ajustado em Odivelas, após a criação do concelho.

Podemos classifica-lo como um documento de trabalho bem elaborado, mesmo considerando que necessita de ser reajustado, sempre que os seus pressupostos o justifiquem.

Foi assim até 2005, data da última atualização dos seus cálculos, mas não mais foi revisto, apenas foi modificado no que respeita à descentralização de verbas, para menos, claro.

Desde o início que ainda permanecem algumas lacunas por resolver, isto é, se os trabalhadores que desempenham esta tarefa, o fizessem sob responsabilidade direta da Câmara, esta teria que suportar, além do salário, os restantes encargos, seus e de seus familiares, mas isto ainda não foi aceite para os seus dependentes.

Com a entrada em vigor do novo OE estes descontos, para os organismos públicos, vão subir consideravelmente e, continuam as freguesias a suportar mais este encargo.

Nos últimos anos o Protocolo sofreu duas grandes reduções de verbas, para executar as mesmas responsabilidades descentralizadas, agravando em muito as dificuldades das freguesias, que vão fazendo o mesmo com menos verbas.

Sabemos que está criada uma Comissão de Acompanhamento do Protocolo, mas desconhecemos o seu trabalho, aliás, duvidamos que exista algum trabalho desta Comissão.

Sabemos que existem vontades, no mínimo, duvidosas sobre este documento e o trabalho que as freguesias executam com largos benefícios para a população e para o próprio Município.

Há coisas que compreendemos, atendendo à crise que vem sendo imposta a todos nós, pelo Poder Central, contudo existem medidas que importa considerar para que o trabalho seja executado em todo o concelho com iguais critérios.



Assembleia Municipal de Odivelas

Uma outra regra que teima em não ser cumprida é a regra dos números. Os números da população que cada freguesia serve. Os números considerados para atribuição de verbas são os referentes aos censos de 2001, de então para cá muito mudou nas nossas freguesias e os censos de 2011 já estão em vigor e demonstram isso mesmo. -----

No que respeita à minha Freguesia, é de inteira justiça invocar os muitos quilómetros mais, que justificariam, há muito, uma atualização, mas ao contrário, o Vereador do Pelouro, respondeu-me sobre a receção de um conjunto de novas urbanizações, que Caneças tinha 21 cantoneiros e estava acima dos calculados. -----

Ainda estou à espera que o Sr. Vereador Bodião me explique onde foi arranjar este número tão diferente da realidade que é de 16+1. -----

Nós não somos perfeitos, mas queremos trabalhar para o desenvolvimento do concelho e bem-estar das populações de forma séria e responsável, ter regras justas apoios técnicos com sentido de ajudar, o que por vezes acontece ao contrário. -----

Pelo Exposto o meu voto só poderá ser o da abstenção, considerando que agora com a dificuldade acrescida pela retirada da publicidade com a esperada entrada em vigor, já em maio, do licenciamento zero, as freguesias ficarão com mais dificuldade em cumprir este protocolo. -----

Armando Fernandes, Presidente da Junta de Freguesia de Caneças. -----

Francisco Bartolomeu-----

"Relativamente ao presente protocolo, apesar da CDU assumir a defesa do princípio que lhe base, pois é com este instrumento que o dinheiro dos contribuintes é mais bem aplicado, traz vantagem para a qualidade de vida das populações. Mais uma vez fica adiado as reparações mais urgentes.-----

Apesar de vários anos têm sido penalizadas de forma injusta, por cortes nas verbas, avocações de competências para as quais tinha investido em material, e aumento de impostos que poem em risco a sua viabilidade financeira, e consequente exercício das suas competências; as juntas de freguesia têm conseguido manter a sua estabilidade funcional, fato que a população reconhece.-----

Nem a injustiça que resultam da aplicação de tabelas obsoletas de dados populacionais desatualizados, a minúcia excessiva de algumas exigências dos protocolos, os atrasos na concretização de protocolos adicionais, que irão desviar da prestação de serviço publico com qualidade que está ao nosso alcance.----

A questão dos mil e quatrocentos metros, que alguém muito especializado, definiu em tempos com a distância adequada para percorrer pelos cantoneiros de limpeza, merece o meu destaque, pelo fato de não ter em conta sequer se o terreno, território é inclinado ou não. -----

Deixo aqui uma proposta, poderia ser aperfeiçoada uma tabela que tivesse em conta a inclinação do terreno, considerando zonas planas de inclinação media ou elevada, e estas ultimas seriam motivo de



Assembleia Municipal de Odivelas

redução do percurso. -----

O papel fundamental que o poder de proximidade tem desempenhado, faz das juntas de freguesia parceiros incontornáveis, e indispensáveis do município para o progresso e desenvolvimento do nosso concelho, e sabemos que isso é reconhecido publicamente pela srª presidente da camara e vereação.-----

Ao longo dos anos, a delegação de competências tem permitido que em muitas áreas do município, a camara realize obra através das juntas freguesia, com clara vantagens para a população, rentabilização de meios financeiros, que a camara com sua estrutura e raio de ação macro dificilmente se poderia concretizar. -----

O caso da recente avocação dos pavimentos, bermas e valetas e sinalizações horizontal e vertical, pode servir para se tirar conclusões. -----

De tudo o que acabo de referir deve ficar a ideia que é urgente o aprofundamento da delegação competências, ou seja delegar competências é bom, mas ainda pode ser melhor quer nalguns pressupostos quer nalguns montantes. É que para 2013, para não variar as juntas de freguesias vao sofrer cortes nos recursos financeiros a transferir, pois embora se afirme que as transferências para 2013 são iguais às de 2012, tal informação não é rigorosamente verdadeira. Há aumentos na despesa para 2013, que somados aos anteriores continuam o seu efeito crescente e ofensivo, à natureza e autonomia desta conquista de abril. -----

O trabalho é cada vez mais e as verbas são cada vez menos. -----

Desde há muitos anos que as autarquias conhecem ofensivas de sucessivos governos que afetam o poder democrático do poder local, pois mais não pretendem que impor um regresso ao passado, através da transformação das autarquias em meras extensões da administração central.-----

No caso vertente, mais uma vez compete aos eleitos das juntas de freguesias defender o direito de todos a melhor qualidade de vida inscrito na constituição. -----

A CDU revê-se no princípio de delegação de competências, contudo esta execução do protocolo que nos é proposta, ainda não reúne os requisitos para o meu voto favorável, daí a minha abstenção.-----

Relativamente a esta questão concreta resultante da intervenção da inspeção, obviamente que questionamos tudo isto, consultámos Portugal, e vemos que em municípios como o de Stª Maria da Feira e Serpa, dois municípios que são geridos por forças políticas diferentes. -----

Não entendemos, alguma coisa nos escapa nesta mira apontada ao concelho de Odivelas, não sabemos se há algum conflito mal resolvido, para nós custamos entender como é que uma antiga funcionaria, pode voltar mesmo 5 anos depois, sob a forma de inspetora e ainda por cima, sozinha. Vinha para examinar SIADP, acabou por examinar tudo. -----

Nós não compreendemos isto, há de fato gato escondido com rabo fora, porque municípios vizinhos têm esta prática, fazem a sua delegação competências das coisas mais diversas, desde de que seja para servir os cidadãos, e pondo em prática o POCAL, que é uma coisa que as autarquias estão sujeitas.-----



Assembleia Municipal de Odivelas

Portanto esta questão que está a ser estudada, de como é que se vai habilidosamente arranjar uma solução para este problema, cuidado com isso porque o POCAL, aquela questão de as juntas receberem, e 10 dias depois as juntas devolverem, o POCAL é pouco atreito a estes sacos. Cuidado com isto, os srs juristas e srs políticos, não se podem cometer erros porque obviamente que ninguém aceita e deseja que a vereação de uma camara fique com uma queixa no município, que põe em causa os seus vencimentos durante vinte e tal anos.” -----

Miguel Xara Brasil-----

“Nós há vários anos que temos vindo a alertar, embora não tenham dado ouvidos, quanto à necessidade monitorizar as receitas das juntas como os gastos. Agora prova-se que a falta desta está a dar os problemas que verificamos, está bem evidenciada. -----

Há uma outra não conformidade, tem a ver com o mercado da Pontinha que está fora do território, e portanto não é claro que a camara possa delegar competências, ou seja verbas, para um equipamento que está fora dos limites do concelho.” -----

Miguel Cabrita-----

“Dispenso-me de falar sobre importância deste protocolo ao longo dos anos, tem sido uma marca fundamental deste município ter um protocolo nas juntas freguesias, que como é reconhecido, como um dos mais volumosos e substanciais do país, quer nas funções que delega quer no envelope financeiro que para elas transfere. -----

Portanto se alguma coisa há para dizer na última década de trabalho da camara municipal de Odivelas, no toca à sua relação com as juntas de freguesias, é consensual fazer um elogio, e considerar que a camara tem em termos comparativos no país, teve sempre uma postura de aposta, de relação positiva e frutuosa, no que respeita à confiança e há delegação competências, que sempre manifestou junto das suas juntas freguesia. -----

Mesmo quando o envelope financeiro transferido para as juntas de freguesias conheceu reduções, e sabemos que isso sucedeu ao longo dos últimos anos, aconteceu sempre na exata proporção, daquelas que foram também as diminuições das receitas provenientes do poder central. -----

Portanto não houve nunca da camara municipal de Odivelas, um desinvestimento, no toca à sua relação com as juntas freguesias, em termos meios financeiros. O que houve foi uma transferência correspondente aquilo que foi a transferência do poder central em termos de verbas. -----

Este ano tivemos, além das dificuldades financeiras conhecidas, e deste apertar de transferências do poder central, tivemos mais um elemento: uma inspeção de rotina promovida pela inspeção geral



Assembleia Municipal de Odivelas

*finanças, que veio pôr em causa a legalidade alguns aspetos do protocolo delegação competências, no
diz respeito à cobrança de taxas. -----*

*Cumprir dizer aqui, que a camara municipal discorda da interpretação que foi feita inspeção geral
finanças, como contestou essa interpretação. Não se trata de camara municipal aceitar passivamente
aquilo que foi de alguma forma veiculado como resultado dessa inspeção, houve por parte da camara
municipal, ações concretas para contestar as ações que foram tomadas. -----*

*No entanto não deixa de ser um parecer da inspeção geral das finanças, de uma entidade que tem uma
palavra muito importante a dizer, no julgamento sobre legalidade destas matérias. Portanto contestando a
camara municipal a correção da interpretação que foi feita pela inspeção, não podemos deixar todos, de
fazer refletir nas práticas, um parecer de uma entidade competente nesta matéria. -----*

*Creio que é da mais elementar cautela e prudência, dizer que quer para a camara municipal quer para as
juntas, quer para os eleitos seja ao nível vereação quer ao nível deputados municipais, tem que haver
segurança jurídica naquilo que estamos aqui a decidir, e não podemos arriscar, nem camara, nem as
juntas, nem os vereadores, nem os deputados, a estarmos perante este aviso à navegação a cometer
uma ilegalidade, que depois mais tarde haveria consequências para todos os envolvidos. -----*

*Aquilo que cumpre aqui fazer é apoiar a camara municipal, pelo menos da parte da bancada do PS é essa
a sua posição, na sua ação contestação, lamentar que ela tenha surgido numa altura em que já há tantas
dificuldades financeiras para as autarquias, mas saudar também a camara e as juntas de freguesia, pela
atuação positiva e ativa que estão ter, no sentido de encontrar soluções que permitam, não eliminar
completamente as consequências deste tipo de parecer, pelo menos minimizar os danos, de modo a
manter o espirito e robustez do protocolo, mesmo perante mais esta adversidade. -----*

Esta é posição do PS, e é por esta razão que votamos favoravelmente o presente protocolo."-----

PONTO 2 – PROPOSTA DE ACORDO DE PAGAMENTOS À SIMTEJO – SANEAMENTO INTEGRADO DOS MUNICÍPIOS DO TEJO E DO TRANCÃO, S.A. -----

*Presente para deliberação, a Proposta de Acordo de Pagamentos à SIMTEJO – Saneamento Integrado
dos Municípios do Tejo e do Trancão, S.A, de acordo com a informação nº interno/2012/12068 de
2012.12.17, remetida pela Senhora Presidente a esta Assembleia Municipal, aprovada na 24ª reunião
ordinária de 2012, da câmara municipal de Odivelas, de 19.12.2012, que se encontra arquivado na pasta
da presente reunião pelo que se dá como reproduzido. -----*

*O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Sr Vice Presidente da Câmara para apresentação
do referido Ponto.-----*



Assembleia Municipal de Odivelas

No âmbito da discussão do ponto não se registaram intervenções.

O Senhor Presidente da Assembleia, colocou o documento à votação tendo sido **Aprovado por** Maioria, com os votos a favor das bancadas do PS, PSD, CDU, Independente e BE e com a abstenção da bancada do CDS/PP.

PONTO 3 – PROPOSTA DE DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO PARA DOMÍNIO PRIVADO MUNICIPAL DE UMA PARCELA DE TERRENO COM A ÁREA DE 1875,00M², NO ÂMBITO DO ALVARÁ DE LICENÇA DE LOTEAMENTO Nº 02/DPU/2005

Presente para deliberação, a Proposta de Desafetação do Domínio Público para Domínio Privado Municipal de Uma Parcela de Terreno com a Área de 1875,00m², no âmbito do Alvará de Licença de Loteamento nº 02/DPU/2005, de acordo com a informação nº interno/2012/10845 de 2012.11.12, remetida pela Senhora Presidente a esta Assembleia Municipal, aprovada na 24ª reunião ordinária de 2012, da câmara municipal de Odivelas, de 19.12.2012, que se encontra arquivado na pasta da reunião pelo que se dá como reproduzido.

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Sr Vice Presidente da Câmara para apresentação do referido Ponto.

No âmbito da discussão do ponto, usaram da palavra os seguintes membros da Assembleia Municipal:---

Miguel Xara Brasil, pela bancada do CDS/PP.

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra **Sr Vice Presidente da Câmara** para prestar os esclarecimentos que teve por convenientes.

Luis Salmonete, pela bancada do PSD

O Senhor Presidente da Assembleia, colocou o documento à votação tendo sido **Aprovado por** **Maioria**, com os votos a favor das bancadas do PS, PSD, CDU, Independente, com os votos contra da bancada do CDS/PP e com a abstenção BE.



Assembleia Municipal de Odivelas

Pelo Membro da Assembleia Municipal, **Miguel Xara Brasil**, pela bancada do **CDS/PP**, foi apresentada uma declaração de voto que seguidamente se transcreve:-----

"Pois nós votámos contra precisamente porque, sabendo que há um Centro de Dia inaugurado e por abrir, não faz sentido, sem justificação aparente, que seja dado outro terreno para outro Centro de Dia que não sabemos se vai abrir ou se vai ficar fechado."-----

-----**PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

O **Senhor Presidente** informou todos os presentes que não se registou nenhuma inscrição do público. ----

Nada mais havendo a tratar, o **Senhor Presidente** declarou definitivamente encerrada a Sessão pelas 18h40m, dela se tendo lavrado Minuta, a qual, depois de lida pelo 2.º Secretário e aprovada pela Assembleia, foi assinada pelo 1.º Secretário, pelo 2.º Secretário e pelo Senhor Presidente. -----

O Senhor Presidente: -----

O 1º Secretário: -----

O 2º Secretário: -----